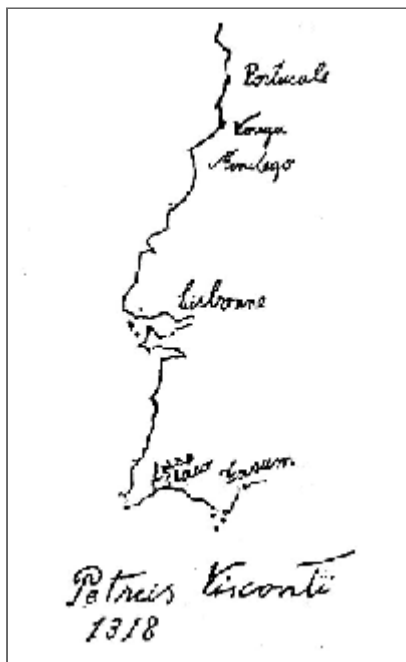


De alguma maneira, a história do "fiel amigo" acha-se estranhamente ligada aos lusos anais, confrontados quer a nível nacional, quer, mais ainda, ao nível da nossa região. Na verdade a presença do bacalhau na dieta dos nossos maiores, ricos, pobres ou remediados, presume-se anterior à fundação da nacionalidade, antes mesmo da constituição do Condado Portucalense, quem sabe se, de um modo mais substantivo, a partir da região que nos viu nascer, ao tempo em que a linha de costa corria profundamente a nascente, acompanhando o bordo da Meseta Ibérica, que em boa parte quase se confunde com o traçado ferroviário da Linha do Norte.

Nesses idos, o perfil litorâneo, consoante se infere do Portulano de Petrus Visconti, o mais antigo documento conhecido, datado de 1318, posto a recato em Veneza nos escaninhos do museu Courier, era diferente do actual. A fazer fé do registo, que reproduz com algum rigor a presente configuração costeira que segue da foz do Guadiana até ao Cabo Mondego, não deixa daí por diante, até alturas de Espinho, de mostrar alteração significativa: a laguna estava por nascer, muito embora se encontrassem já em franca actividade as forças que acabariam por modelá-la. Em seu lugar espreadava-se, ao longo de mais de uma centena de quilómetros, um golfo enorme aberto ao mar-oceano, cujo contorno corria a Esmoriz, infletindo-se por Cabanões, à ilharga da cidade vareira, beijando as arribas de Vãlega, Avanca, Estarreja, os altos de Salreu, Canelas, Fermelã e termo de Angeja e, para além do Vouga, os de Aveiro até à Gândara, para ir morrer às abas da Serra da Senhora da Boa-Viagem. (Fig. 1)



É, quiçá, seguro supor-se que este golfo fosse de baixos fundos, águas mansas e dispor de bons varadouros, susceptível portanto de, no arco do tempo, assegurar abrigo franco e confortável à alienígena navegação de cabotagem, não só à oriunda das águas cálidas do Mediterrâneo - fenícia, grega, romana, cartaginesa ou berbere - como também à dos homens vindos do frio, os Normandos (literalmente "nor + man" ou homens do Norte) de cepa dinamarqueses ou raiz escandinava, os Viquingues (de "Vik + Ing") ou guerreiros do mar.

Espreitando bem, todos esses povos por aqui deixaram esculpidas marcas da sua passagem, quer nos caracteres étnicos: perfil helénico e olhos azulíneos, por um lado, ou nas peles sardentas e ruivos cabelos, por outro, quer no próprio tipo das embarcações: o "rabelo" do Douro ou o "moliceiro" da nossa ria, as quais se uns sustentam serem reminiscências de Sidon ou de Tiro, outros, pelo contrário, querem ver nelas recordações das gentes do Norte, as quais, na verdade, rivalizavam com os Fenícios nos meandros da construção naval, sabendo, como ninguém, adaptar as barcas ao fim a que se destinavam, sobretudo no domínio do pequeno calado.

Mas deixemos por agora as arribações de acaso dos forâneos mediterrânicos e observemos o passado das estranhas gentes das plagas frias onde nasce e cresce o "fiel amigo", as quais, inicialmente atraídas pela prática do corso ou mais tarde - logo que o múnus pirata deixou de ser apetente, por pouco rendíveis as razias e não haver já que pilhar ou os aborígenes Anglos, Gauleses, Frisios ou Irlandos terem vindo, entretanto, a organizar as suas defesas - se volveram mercadores das costas da Hispânia até ao litoral do Mar Negro.

Historicamente, a idade de ouro destes reis do mar situa-se entre o declinar do século VIII e meados do seguinte, ainda que seja no IX, no decurso das grandes invasões e conquistas, que atinja o fastígio, seguido de relativa acalmia, que vai, prolongar-se até ao terceiro quartel do século X, ao longo do qual se assiste à sua instalação pacífica nos países litorâneos do Mar do Norte ou até na própria Rússia, concretamente em Kiev (de passagem se diga mesmo que Rússia - há quem o sustente - seria o étimo de Rurik, chefe Viquingue da família Rus). Todavia, a saudade do mar possuía-os e são mais três décadas de renovada turbulência durante as quais chegaram a apoiar as intruzões com frota de centenas de barinéis.

Enquanto dados à flibusta, os Viquingues navegavam de ordinário bordejando a costa, quando era fagueira a esperança de pilhagem, varando nas baías ou enseadas, junto às calhetas ou embocaduras dos estuários, cujos braços constituíam outros tantos tentáculos para roubar o que podiam, enquanto podiam e logo se porem ao fresco. Nestas condições não admira que as condições físicas da pré-laguna oferecessem facilidades acrescidas às acções de rapina ou, uma vez esgotado o filão, às pacíficas actividades mercantis de trocas das bretanhas e estamenhas acamadas de mistura com artefactos e manufacturas avulsas e bens alimentares, como o arenque fumado e o bacalhau seco e salgado, pelos vinhos das colinas da Bairrada que acalentam o corpo e alegam a alma, os citrinos que excomungam os escorbutos, o pez do amanho dos barinéis e, mais ainda, o sal fino da pré-laguna, de que tão carentes eram para tempero e resguardo das viandas ou volver apetentes as rações dos armentos por modo a torná-los roliços e luzídios.

O sal, é certo, também o havia, por exemplo, nas marinhas da Flandres, mas sobre não ser famosa a qualidade, bem longe do jaez do de Aveiro, e mais morosa e onerosa a extracção face às geralmente inadequadas condições climáticas, por um lado. Outrossim, o belicismo dos senhores da guerra medievos também não propiciava as trocas mercantis.

Não obstante, são escassos e incertos os registos posteriores de intercâmbio com os Nórdicos, mas sabe-se, por exemplo, que por volta de 1433, há notícia da alfândega inglesa cobrar direitos de aduana sobre os vinhos portugueses e que, por essa altura, a de Aveiro os cobrava sobre o bacalhau importado. Mais tarde, em 1776, os livros registam a compra de partidas de sal do salgado de Aveiro por Ingleses, Holandeses, Suecos, Alemães e outras nórdicas gentes encasuladas na então vila de Aveiro, no bairro de Alboi, cujo étimo seria, assevera-se, "Albion" ou seja o nome poético da nossa (velha e nem sempre) aliada.

Indiscutivelmente, o sal representava ao tempo um bem invejável servindo inclusivé de moeda, tal como viria a acontecer posteriormente na Gronelândia com o bacalhau. A partir dele era estabelecido o salário do servo da gleba e antes do Império distribuíam-se rações de sal aos oficiais e soldados das legiões e só mais tarde este "salarium" foi substituído por um subsídio em dinheiro precisamente para compra de sal. Mas, para além de dar sabor às comidas e conservar as vidualhas, ao sal era atribuído também a virtude da preservação ou da cura das mais graves doenças.

Nestes termos, não surpreende que fosse objecto de monopólio na maioria dos países, por parte dos senhores do mando. Assim sucedeu entre os Romanos desde os tempos mais antigos, em que uma minoria corporatizada em estado, reservava a propriedade das salinas, arrendando-as a particulares, dispondo delas em suma a seu talante.

É dos livros, por exemplo, que o nosso rei Conquistador mandava entregar o dizimo das salinas de Esposende aos religiosos do convento de Nossa Senhora da Atalaia, não apenas para acudir ao governo do falanstério mas também com o objectivo de dar apoio - acompanhando a retirada dos Berberes às bases do norte de África - ao fomento de novas companhias de pesca.

Mais cerca de nós, o convento de Nossa Senhora da Anunciação de Arouca, senhor das terras de Santa Maria, que se estendiam até ao Vouga, englobava elevado número de salinas ou "feitorias de sal", (designação que então lhes era dada na região de Aveiro). Por exemplo, regista-se no testamento da Condessa D. Mumadona Dias (célebre e poderosa dama do século X, tia do rei Ramiro II, de Leão, latifundiária de domínios da Galiza até do Vouga) relativamente aos bens doados ao cenóbio por sua sobrinha Dona Flâmula, a Dona Chama, moradora que foi ao termo de Mirandela, na terra ainda hoje chamada de Torre de D. Chama) salinas em "Alavarium". (Para muitos, o verdadeiro étimo de Aveiro, as quais, presumivelmente, se situariam ou no bairro de Sá, ou não longe, na baixada de Cojo).

Porém, não se queda por aqui as dádivas regalengas. Afonso III, em 1257, faz mercê por seu turno às freiras do convento de Arouca, na pessoa da priora D. Maior Martins, "das vilas de Avanca e de Antuã" e, implicitamente, das marinhas por lá implantadas, nomeadamente em Salreu, disposta ao correr do rio e cujo nome há quem sustente porvir de "Sal Régio". Aliás, notícia da doação em apreço vamos encontra-la na carta de povoação dirigida pela abadessa aos foreiros do mosteiro, em 8 de Dezembro de 1274 e, posteriormente, a 20 de Novembro de 1684, no livro de registos da Câmara Municipal de Estarreja.

Temos, todavia, por ocioso continuar a enumeração de outros lugares de vincada aptidão salicícola. Feitorias de sal havia-as um pouco por todo o lado: remota memória situa-as, no período pré-lagunar, em Alquerubim de Albergaria ou, mais recente informação, dá-as no Bunheiro da Murtoza, quando a orla do golfo circundava pela Boca-da-Marinha, cerca do lugar do Facho, onde em tempos recuados existiu um luzeiro a balizar a entrada da barra de então.

Porém, é tempo de terminar o exórdio e tempo de avançar com a narração da forma como o "fiel amigo" - que só erráticamente circunda a costa - se instalou entre nós com armas e bagagens para ficar, a ponto de tornar os portugueses temerários pescadores do festejado gadidío e seus infatigáveis gastrónomos em quaisquer umas das mil maneiras, por nós inventadas, de o transformar num pitêu de primeira.

Encerrado, pois, o preâmbulo, volvamo-nos então aos prolegómenos dessa dupla circunstância e à forma como entronca na História geral do reino de então. Anteriormente à entrada do bacalhau na dieta alimentar dos nossos antepassados, magro era o passadio das gentes ribeirinhas da franja ocidental da Península, as quais, mau-grado seu, na luta pela sobrevivência própria e do seu clã - alfa e omega do reino animal - haviam de se contentar (passe o eufemismo...) com o minguado grangeio da delgada língua de terra arável espartilhada entre o medonho mar e os contrafortes brutais da Meseta, ou, por certo, da faina da pesca fluvial ou costeira, e criação de algum gado de açougue ou, da caça pelas quebradas dos montes.

A partir das trocas viquingues, nasce e progride o interesse dos íncolas pelo bacalhau, cedo lhes germinando a ideia de sacudir a dependência do acaso das arribações dos senhores dos mares de outrora e ir colher o peixe em sede própria, às plagas frias onde nasce e engorda.

Não tarda daí, rezam as crónicas de antanho, que por 1303, reinava D. Pedro e a laguna permanecia ainda adormecida, os pescadores firmassem corporativamente, através de um intermediário chamado de Afonso Martins, mais conhecido por o "Alho", com Duarte III de Inglaterra, convénio atinente a facultar-lhes, por meia centuária, a captura de bacalhau nas costas do reino. Foi assim, sublinhe-se, que a pesca longinqua ensaiou entre nós os seus primeiros passos e que mais tarde, seria do seio dos mareantes - que não raro viriam a ser nobilitados e cumulados de honrarias e de privilégios, - sairiam os marinheiros das Descobertas. Encurralados por Castela e moirama, estava escrito que o nosso destino seria o mar.

Cedo começa, pois, a tomar forma a ideia de nos fazermos ao mar tenebroso, à medida, como já se anotou, do regresso dos mouros às origens. E de certo modo, começa com a plantação do Pinhal do Rei, em Leiria, destinado não só a fixar as dunas do litoral, então designado de estremenho, mas também a fornecer matéria prima para, no tempo do Lavrador, e, no de D. Fernando, a aprvisionar os estaleiros de construção naval da Pederneira, hoje Nazaré, cujos pescadores eram isentos de pagamento das décimas "por corpos e aduas porque serviam a cada um por dia nas nossas armadas". Ao vizinho porto de Paredes - de consideravel movimento até ao reinado de D. Dinis - foi pelo monarca concedido, em 1282, entre outras regalias, a outorga da chamada carta-de-povoação aos povoadores - na altura uma trintena - desde que senhores fossem, pelo menos, de seis caravelas.

Outrossim, os régios sucessores, designadamente Afonso V e o Príncipe Perfeito, D. Manuel, D. João III e o Desejado - não obstante o seu curto trânsito neste mundo, - continuam a dispensar às actividades ligadas ao mar, quer no âmbito das armadas das Descobertas e Conquistas, quer no das frotas do comércio e das pescas - a mais desvelada protecção.

Enfim: "alea jacta est"! Com a queda de Ceuta - chave do Mediterrâneo tanto para o reino mouro de Granada como para base dos piratas muçulmanos, que, não raramente, à maneira da boa maneira viquingue, atacavam a navegação e as costas da Lusitânia, (daí o adágio de "anda mouro na costa"...) - a 21 de Agosto do ano 1415, efeméride que marca verdadeiramente o começo da Renascença, Afonso V faz soar o tiro da largada para a espantosa aventura dos Descobrimentos. Daí por diante é para a frente o caminho: mais além, sempre mais além. Porém, é sob a égide de Henrique, o Navegador, que, uma vez quebrado o cerco de Castela e do Islão, por um lado, e, por outro, o do mar sem fim, que a gesta da nossa expansão se consolida.

Instalado em Sagres com a sua Casa, o Infante rodeado de gente entendida nos arcanos da oceanografia: cosmógrafos, e geógrafos, cartógrafos ou simples mareantes com traquejo dos pélagos envolventes, votados ao estudo do acervo de mapas e cartas - portulano, existentes e das que, em crescendo, iam sendo elaboradas, e das informações que os nossos agentes conseguiam recolher um pouco por toda a parte, bem como do aperfeiçoamento dos instrumentos náuticos em uso, quando não à criação de novas ferramentas atinentes à navegação cosmográfica - assume legitimamente o papel de coordenador-geral da abertura do Mundo ao mundo das gentes.

Entretanto, cresciam em número e grimpavam em amplitude as viagens dos Portugueses através dos misteriosos mares Africanos ou pelo caminho incerto do mar-oceano, recorrendo prioritariamente à náutica astronómica, isto é, lançando mão do quadrante e do astrolábio para medir as estrelas: de dia, o Sol; à noite, o Cruzeiro ou a Estrela Polar. Uma a uma, vão emergindo dos sete mares as costas e as ilhas, marcos da odisseia lusíada, balizas dos novos caminhos que levam à descoberta do mundo.

Ora, entre as cartas náuticas de então - todas de um modo geral, traçadas a partir de elementos colhidos em Portugal - surge em 1424, a carta arquivada num museu londrino, gizada por um tal Zuane Pizzigano, cartógrafo italiano ao serviço de Portugal, ao que parece nado e criado em Veneza, uma que com exactidão reproduzia no Atlântico, a noroeste dos Açores um grupo de quatro ilhas com nomes de raiz portuguesa, denominadas Saya, Satanazes, Ymena e Antília que claramente vão coincidir com a Terra Nova e Nova Escócia de um lado e Avalon e, presumivelmente, a Ilha do Príncipe Eduardo, por outro. (Fig. 2)



Fig.2

Carta Náutica de Pizzigano in "As verdadeiras Antilhas Terra Nova e Nova Escócia"
Dr. manuel Luciano da Silva - Bristol, Estados Unidos, Janeiro 87.

A carta não tem indicação das latitudes, já que na altura em que as ilhas foram achadas ainda este expediente fundamental de orientação, tanto náutica, como terrestre ou aérea estava no berço ou, quanto muito ensaiava os seus primeiros passos. De resto, não se sabe dos idos, porventura longínquos, em que foi encontrado o arquipélago.

Todavia, estudos posteriores permitem de facto situar o arquipélago entre os 35 e os 45° de latitude norte ao passo que as Antilhas "descobertas" por Colombo se achavam no Mar das Caraíbas, entre os 12 e 24°. A confusão de Colombo que, por ser português e ligado a gente grada do mar, conhecia certamente de sobra a carta em apreço, fê-lo baptizar as ilhas encontradas, de Antilhas, levado acaso pela circunstância de na carta de Pizzigano ser a mais saliente e fronteira. Enfim um erro "menor" de 1750 léguas!...

A carta náutica em apreço marca para nós indiscutivelmente, a chegada dos Portugueses ao continente que se chama hoje de Americano antes de Cristóvão Colombo ou Américo Vespúcio terem visto a luz do dia, o primeiro em 1451 e o segundo três anos depois, o qual, ainda por cima, dá nome ao continente!...

Mas também antes de Colombo ter pisado terras americanas já por lá peregrinaram outros, impossível saber-se quantas luas antes da compilação, por Pizzigano, da carta náutica de 1424 a qual marca o encontro dos portugueses com a Terra Nova dos Bacalhaus. O que se sabe é que a partir de 1419 os contactos com o arquipélago da Madeira passam a frequentes e regulares e as ilhas começam a ser povoadas por volta de 1425, sendo capitão do Funchal João Gonçalves Zarco, do Machico Tristão Vaz Teixeira e de Porto Santo Bartolomeu Perestrelo, de modo a constituir a primeira base oceanográfica portuguesa. Quanto ao arquipélago dos Açores, cujas ilhas orientais foram presumivelmente descobertas, em 1427, pelo piloto algarvio Diogo de Silves e as ocidentais das Flores e do Corvo por Diogo de Teive, quando da primeira das duas expedições que efectuou a águas americanas, de onde trouxe a convicção da existência da Terra Nova. Os Açores passam assim a ser a segunda das nossas bases no Atlântico.

O mundo abraça-se, não só para nós, Portugueses, como para todos os europeus, e não só, não tardando a organizar-se conjuntas expedições, primeiro com os ingleses, embora de ignotos resultados (tal como o de duas misteriosas viagens feitas pelos portugueses em 1493), depois com italianos, bretões e outros. Mas foi a família dos Corte-Reais, já estabelecida nos Açores, talvez a que maiores sacrifícios fez para levar a cabo novos descobrimentos na costa da América setentrional decorrendo dessas viagens importante circunstância económica para os portugueses: a de passarem definitivamente a incorporar o bacalhau na sua alimentação, a ponto de D. Manuel fixar já, a partir de 1506, imposto sobre a pesca na Terra Nova. É exactamente por esta altura que se assiste à celebração de um convénio entre D. Afonso V - pai da "excelente infanta e singular princesa" que foi a nossa Santa Joana - e Cristiano I da Dinamarca, no sentido de marinheiro de ambos os países procederem ao reconhecimento da lendária passagem do Noroeste, lá para os confins das tundras geladas do norte do Canadá.

Compreende-se que para Cristiano da Dinamarca, para além da proclamada abordagem da passagem do Noroeste, a expedição revestia-se do maior interesse por ser a melhor forma dos seus capitães, mais concretamente, os almirantes Pining e Pothorst e piloto Skolvus (que alguns querem que seja português e o seu verdadeiro nome João Costa Vaz) presentes a bordo, se familiarizarem com a nossa ciência náutica. Mas, para que interessava a passagem do Noroeste, a João Vaz Corte-Real, e Alvaro Martins Homem igualmente presentes a bordo, e ao nosso rei Afonso? Na verdade aos nossos argonautas o que, porventura, lhes interessava era completar pelo norte o reconhecimento da costa setentrional da América e potencializar a base da ilha Terceira, aproveitando a estratégica posição dos Açores para dar apoio à navegação atlântica, dado que os navios vindos de África, do Brasil e das Américas Central e do Norte, terem de arribar ao arquipélago, não só para aproveitar dos ventos favoráveis mas também para se reabastecerem. O que é facto é que, uma vez regressados a Portugal, foram nomeados ambos por D. João II, em 1446, para a gerir, respectivamente, as capitânias de Angra e da Praia.

Tem-se, portanto, que o propósito de desvendar a passagem do Noroeste foi simples pretexto para que gente estranha, nomeadamente a de Castela, que nos rondava a porta, não atinasse com o esquema que animava os portugueses. Na verdade, sabe-se apenas que a frota teria zarpado de Reikjavik, na Islândia e, depois de aportar a Gronelândia - bem conhecida, aliás, dos dinamarqueses desde Erik, o Vermelho, que, explorando a costa leste, lançou as bases do colonato, mais tarde continuado pelo filho Leif-Érikson - abandonou o rumo do noroeste e fez-se ao sul ao encontro da terra, logo crismada de Verde - mais tarde dos Bacalhaus, depois Terra Nova dos Corte-Reais e, por fim, simplesmente de Terra Nova.

O relato da expedição foi feita por Sophus Larsen, quando regista inequivocamente o novo encontro dos portugueses com o norte da América na região da Terra Nova e Nova Escócia passado mais de meio século de lá terem aproado os nautas que estiveram na origem da carta náutica desenhado por Pizzigano, facto, aliás, confirmado na inscrição contida num globo terráqueo encontrado na cidade alemã de Zerbst, não longe de Friburgo e do Reno superior, pelo professor W. Ruge e executado em 1537 pelo médico e matemático Gemma Frisius de colaboração com o seu condiscípulo e célebre geógrafo, e médico também, Gerhard Kremer ou, na forma alatinada por que é conhecido, Gerardo Mercator. Com efeito, a meio do Estreito Polar, o globo em apreço registava a legenda "Fretum trium fratrum, per quod Lusitani ad Orientem & ad Indus & ad Moluccos navigare conati sunt" e mais ao norte da representação do Estreito - que em posteriores cartas geográficas é designado simplesmente por "Fretum Anian" - e a Oeste de numerosos nomes de raiz lusíada, colocados por altura da Gronelândia, depara-se com a inscrição: "Quij populi ad quod Ioannes Scolius danus peruenit circa annum 1476", isto é perto de duas décadas antes de Colom sonhar alcançar as Antilhas. Por outro lado, Mercator - que foi grande admirador da cultura matemática do nosso Pedro Nunes, o descobridor, entre outras coisas, do nónio - não tem o mínimo reboço em assinalar que João Vaz e companheiros descobriram a América vinte anos antes de Colom a ter encontrado e mais de cinquenta anos decorridos de outros mareantes lusos, antes de 1424, terem cometido idêntica proeza.

É possível que não fosse primacial o propósito de Afonso V propor a Cristiano I a viagem mas antes de desnortear mais uma vez Castela. Mas todos os ardis serviam para confundir a concorrência castelhana, induzindo-a a que, mais para pescar bacalhau... seria para atingir os caminhos da Índia. Quem sabe (diriam os nossos vizinhos para os seus botões) se por Ocidente não seria o mais curto caminho para a Índia fabulosa, terra mítica do ouro e da prata, das pérolas e pedrarias e ainda das especiarias, cujo valor real não andava longe do dos metais nobres. Para além do mais os castelhanos não podiam deixar de conhecer a carta náutica de Pizzigano, bem como estar ao par do afã dos Portugueses no descobrir das ilhas espalhadas pelo Atlântico, que, além do mais, representavam bases de apoio para futuras incursões navais. Paralelamente, os Reis Católicos e os seus mais directos colaboradores conheciam igualmente a progressão dos descobrimentos ao longo das costas africanas, mormente após dobrado o Cabo das Tormentas, porque Lisboa era então um vespeiro de espíões ao serviço das nações marinheiras.

Entretanto morre o Africano, sucedendo-lhe seu filho o Príncipe Perfeito o verdadeiro arquitecto e artífice incansável da odisseia dos Descobrimentos, preparada, na maior parte dos casos, dentro do maior secretismo, sobretudo no que concernia ao projecto do caminho marítimo para a Índia. Para concretizar esse propósito, para além do sigílio, dispunha D. João II pelo menos de três trunfos: primeiro a Junta de Cosmógrafos, presidida pelo bispo D. Diogo Ortiz, que não obstante a raiz salamanquina mostrou exuberantemente ser Português por adopção, verdadeiramente faca-de-mato do monarca, que, entre muitos cargos, foi bispo de Tânger, em 1491, e capelão-mor da corte, incluindo no seu múnus confundir Castela, fazendo fluir das frinchas da Junta apenas o que convinha que se soubesse... Diogo Ortiz teve assim importantíssimo papel na história das Descobertas.

O padroado dos Descobrimentos havia sido atribuído, em exclusivo, a Portugal pelas bulas papais de Eugénio IV, e seus sucessores: Nicolau V, Martinho V, Calisto III e Sisto IV. A bula de Nicolau V (8 Janeiro 1454) por exemplo concede a todos os monarcas portugueses e seus sucessores, e ainda do Infante D. Henrique a soberania sobre todas as conquistas se África e ilhas dos mares adjacentes (por isso disse D. João II o Colombo, quando o recebeu no seu regresso da América, em 9 de Março de 1493, "que lhe agradava muito a notícia, porque tudo o que havia descoberto por direito lhe pertencia".

Até então para Castela e Aragão, os problemas ligados aos descobrimentos, se bem que existissem no domínio da navegação e conquista, encontravam-se de certo modo adormecidos. O que de momento mais lhe interessava eram as questões emergentes do independentismo galego da Confederação do Cantábrico (de Baiona de França à Baiona de Espanha) e as reconquistadas províncias da Baixa Andaluzia (do Algarve ao estreito de Gibraltar). Porém a disputa iniciada com a posse das Canárias alterou esse "módus vivendi", agravado singularmente com a viagem de Colom pela circunstância dos Reis Católicos acharem que, embora os protocolos fossem favoráveis a Portugal, entenderam, pelo facto de terem sido eles os armadores da expedição colombina, que as Antilhas passariam a ser deles. Por isso recorreram ao papa, na altura Alexandre VI, valenciano da família Borga e por sua origem muito propenso a favorecer o ponto de vista de Fernando e Isabel. Senão vejamos: a 3 de Março de 1493 regressa Colombo à Península e em Abril foi recebido pelos reis em Barcelona e logo a 3 de Maio outorgava o papa as terras descobertas aos Reis Católicos e passado um dia fazia acrescentar a cláusula da separação dos domínios ibéricos através de uma linha tirada de polo a polo a 100 léguas da mais ocidental das ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Face a esta situação, uma vez perdido o exclusivo do senhorio dos mares, tratou D. João de assegurar uma repartição que mais conviesse a Portugal. Assim por saber já da existência do Brasil - que viria a ser "oficialmente" descoberto sete anos depois por Alvares Cabral - a divisória proposta pela bula pontifícia ia subtrair-nos a maior parte das terras brasileiras, de todo indispensáveis a garantir a posse de pontos de escala na derrota para a Índia, que obrigava a larga bordada para Oeste - a fim evitar os ventos gerais desfavoráveis e as inconvenientes calmarias equatoriais - contornando as regiões desses ventos e dessas calmas e seguir depois em frente para o cabo da Boa Esperança, dobrado por Bartolomeu Dias quatro anos antes.

Logrou êxito D. João II: com a ajuda preciosa de D. Duarte Pacheco Pereira, seu embaixador extraordinário, levou a causa de vencia com uma nova linha divisória, desta vez a 370 léguas de Cabo Verde. Tenazmente discutido em Simancas, não longe de Tordesilhas, o tratado acabou por ser elaborado nesta cidade, que lhe deu o nome, e assinado em Arévalo a 2 de Julho de 1494. Antes, porém, já D. João havia feito saltar outra carta da manga do balandrau: Colombo, que há quem afirme ter sido, ao fim e ao cabo, um agente secreto do monarca. Vale a pena contar a história, até porque também ela, como as demais do presente bosquejo vai entroncar de alguma maneira com a do Fiel Amigo.

A verdadeira identidade de Cristóvão Colom, certamente pseudónimo que Castela, masculinizando, mudou para Colomo - ainda hoje anda envolta em mistério. Todavia, tudo parece agora apontar no sentido de ser português, nascido em Cuba do Alentejo, ou em Génova, onde a mãe, Isabel Sciarra da Câmara, de ascendência italiana, sobrinha de Salvador Gonçalves Zarco, teria ido dar à luz o fruto dos seus ilícitos amores com o infante D. João, duque de Beja e pai do futuro rei D. Manuel. Em Génova o misterioso menino teria sido entregue a criar à aldeã Susana Fontana Rossa, mulher do cardador e tecelão Domenico Colombo. Obscura teria sido a vida de Colombo até surgir em Portugal, em Agosto de 1476, dedicando-se à vida comercial como agente de vendas de mercadores italianos. Contudo, pouco depois, por volta de 1479 ou 80, aparece casado com a filha de Bartolomeu Perestrelo, italiano de nascimento e português de adopção, primeiro capitão donatário de Porto Santo. Durante algum tempo, pelo menos até ao nascimento do filho Diogo, residiu na Madeira, entregue a administrar as empresas marítimas do sogro e aproveita o ensejo para acompanhar nos seus périplos as caravelas. Mas desde já se acrescenta que o casamento com Filipa Moniz de Perestrelo só podia ter acontecido se Colom fosse auroso de sangue azul, como de facto era, tanto por parte do pai como do tio-avô.

Diz-nos Mascarenhas Barreto no seu livro "Colombo português - provas documentais" publicado em Julho de 1997, depois de se dar ao trabalho - com a colaboração do Dr. Manuel Luciano da Silva, natural de Vale de Câmbara e médico director do centro médico de Bristol, Rhode Island, Estados Unidos da América, e, de sua esposa D. Sílvia - de tentar descodificar a famosa sigla da assinatura de Colom, que pelo seu secretismo deu lugar ao longo do tempo às mais estranhas interpretações, chegando à conclusão que o navegador se chamava afinal Salvador Fernandes Zarco (fig. 3). Pelos vistos, teria ido buscar o apelido de Colom aos pais adoptivos e o de Guerra (Cristóbal Guerra) aposto em alguns documentos espanhóis, nomeadamente no doc. 14 do arquivo de Simancas, publicado por Martin Fernandes, em 1852, seria uma corruptela de Sciarra, da mãe. Por outro lado, é curioso que ao desembarcar, a 12 de Outubro de 1491, na primeira das Antilhas a baptize com o nome de S. Salvador e as duas seguintes com o de Fernandina e Isabel, a lembrar os reis seus protectores. E por ultimo, Cuba, ilha abordada pelo navegador na sua primeira viagem que, recorda irresistivelmente a terra que porventura lhe serviu de berço. Registe-se ainda, concluir, a obra do professor Rumeu D'Armas da Universidade de Madrid, intitulada "El portugués Cristóbal Colón en Castilla", Madrid, 1982. Quanto aos italianos, esses porfiaram, e de que maneira em ligá-lo ao apelido do tecelão de Génova, talvez na mira de fabricar à pressa um herói, dado que, neste meio milénio, pelos vistos, pouco mais podiam averbar que os nomes Mussolini e Al Capone...

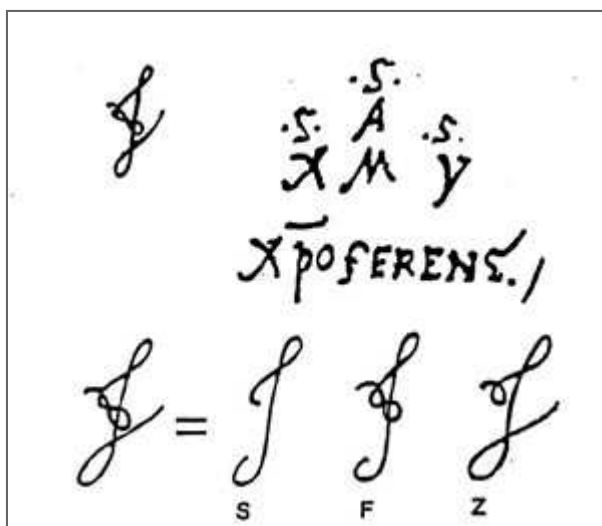


Fig. 3

Monograma de Colombo in "Colombo Português - provas documentais"
Dr. mascarenhas Barreto - Jul.97

Após o falecimento do filho, provavelmente em 1481, e do falecimento da mulher, porventura de parto, mas antes de 1485, Colom vem para o Continente, onde permanece 4 ou 5 anos, acompanhando as expedições das Descobertas, nomeadamente à Guiné, conforme o próprio testemunha no seu "Diário da 1ª. viagem" às Antilhas e em vários outros escritos. Todavia, antes de 1482, ou um pouco antes, teria peregrinado pela feitoria do Castelo de S. Jorge da Mina (fundada no ano anterior) e em 1485 estaria presente na Côte na altura em que o astrólogo doutor Mestre José Vizinho (porventura nome cristão do judeu Mestre Moisés) que com Mestre Rodrigo e o Bispo Diogo Ortiz integravam a Junta dos Cosmógrafos referiu os resultados da medição e a latitude da Guiné.

Foi sensivelmente por esta ocasião que se registou a audiência ou com o soberano ou com D. Diogo, em que Colombo - convencido ou embaíndo Castela de modo a deixar livre o caminho da Índia - se propunha atingi-la pela contra costa do Atlântico. Mas a Corte desinteressou-se da empresa e Colom, mostrando-se ou fingindo-se agastado, vai propor o seu projecto (de certo, louvando-se em informações obtidas de António de Leme, estabelecido na Madeira desde 1483, possivelmente na sequência da carta náutica de Pizzigano) aos Reis Católicos, os quais, de certo desconfiados, levaram sete longos anos a dar-lhe despacho...

Finalmente, a 3 de Agosto de 1491, a frota levanta ferro de Rábida, no sul da Andaluzia e parte em direcção às Canárias, onde permanece por um mês, e zarpa para Oeste, avistando terra em Outubro, que, de imediato, crisma de Antilhas, suposto ser a Antília da carta de Pizzigano...

A 25 de Outubro de 1495 morre em Alvor, contando apenas 40 anos, D. João II, porventura o maior dos soberanos portugueses e ao saber do seu passamento não tiveram os Reis Católicos palavras senão para dizer: "morreu o Homem!". Curtas palavras para lhe definir o epitáfio que o consagra verdadeiramente património da Humanidade. Rei morto, rei posto: sobe ao trono o Venturoso. Completara-se a abertura do Mundo mas a gesta dos Corte-Reais continua ainda em demanda do fiel amigo.

De facto, não se ficou por aqui a legenda de João Vaz: tanto ele como os filhos procuraram de várias formas, ir sempre mais além, ainda que com sorte, por vezes, madrastra, como foi efectivamente para dois dos seus filhos: Gaspar, o mais novo, e o secundogénito Miguel, já que o primogénito, Vasco Anes, nado e criado em Lisboa, nunca chegou a deslocar-se sequer aos Açores, entregando os bens à administração de Gaspar a fim de desempenhar o cargo de vedor ou intendente de D. Manuel. Não sendo pois homem de mar, mesmo assim, quando do desaparecimento dos irmãos, tomou a resolução de, também à sua custa, ir procurá-los. Contudo o monarca desencorajou-o da empresa por a ter já por escusada.

De Gaspar sabe-se ter efectuado, nos fins do século, três viagens, pelo menos, de descobrimento rumo ao Ocidente, por sua própria iniciativa e à sua custa, concedendo-lhe então D. Manuel, e aos seus descendentes, o governo de todas as terras que descobrisse. Não se conhecem os resultados dessa primeira viagem, mas a segunda expedição, conta Damião de Góis, teria partido de Lisboa no começo do Verão de 1500 (embora António Galvão opine ter zarpado da Terceira com dois navios armados à sua custa, o que não é certo, dado que Miguel concorreu com metade das despesas da viagem) acrescentando que, a Noroeste, havia "uma terra que, por ser muito fresca e de grandes arvoredos, como são todas as que jazem para aquela banda, lhe pôs o nome de "Terra Verde" (já outorgado pelo pai João Vaz, como referimos).

Logo depois do regresso, Gaspar preparou a sua terceira expedição, que partiu de Lisboa, em três navios, em Janeiro de 1501. A 8 de Outubro um dos barcos estava de volta, informando ter-se encontrado, a 2.000 milhas, entre o Noroeste e Oeste, uma terra incógnita com 600 a 700 milhas de costa, que se prolongava por outra, descoberta no ano anterior e que não puderam atingir por causa dos gelos. Três dias depois surgia no Tejo um segundo navio, que não era em que viajava Gaspar, cujo comandante - no relato do italiano Alberto Cantino, ao tempo residente em Lisboa - informou que ao fim de cinco meses de derrota, haviam encontrado enormes massas de gelo e depois mar gelado, que os impediu de seguir em frente, rumando a Noroeste e a Oeste meses depois, descoberto uma grande terra com importantes rios. Quanto ao terceiro navio nunca mais houve notícia dele.

Harrisse, estudioso francês, ainda que nado nos Estados Unidos, dedicado à investigação histórico-geográfica sobre a descoberta do Novo-Mundo, diz, debruçando-se sobre o célebre planisfério de Cantino: que nessa terceira e última viagem Gaspar teria percorrido toda a orla meridional da Terra Nova e guinando ao norte chegado ao Cabo Ray. Depois, prosseguindo ao longo da margem ocidental da ilha, teria alcançado o estreito de Belle-Isle e, de seguida, acompanhando o contorno meridional da península do Labrador (assim conhecida por ter sido reconhecida por ter sido explorada a extremo por João Fernandes Labrador e Pedro de Barcelos, seu imediato), e demandando o golfo de S. Lourenço e, retrocedendo ao Atlântico, naufragar por fim, no estreito de Davis ou na Baía de Hudson. À cerca da segunda viagem, o historiador sustenta que a acção de Gaspar ter-se-ia desenvolvido possivelmente a correr com a costa Sueste do Labrador e na parte mais setentrional da Terra Nova. Quanto à terceira viagem, Ernesto de Vasconcelos é de opinião que a exploração da Terra dos Bacalhaus se iniciou pelo extremo meridional da Gronelândia, e, depois de dobrar o cabo Farewell, seguiu a costa até ao estreito de Davis até Disko Ray, onde os gelos obrigaram os exploradores a regressarem ao cabo Mugford, no nordeste do Labrador e, daí, atingindo o estreito de Belle Isle, limitante da ilha da Terra Nova, e acompanhar a costa até Placentia no extremo sul. De lá teria Gaspar despachado para Lisboa os outros dois barcos. Foi o fim!... Relativamente mais afortunado seria Miguel. Alto dignatário, ao tempo, da Corte de D. Manuel, partiu, por decisão do monarca, de longada até à América do Norte em busca do irmão. Segundo Damião de Góis, teria zarpado de Lisboa "aos 10 dias do mês de Maio de 1502, com duas naus sem nunca haver nova" da nau de Miguel. Sentindo profundamente a morte dos dois irmãos, D. Manuel ainda despachou, no ano seguinte duas naus em sua procura, porém sem êxito. E decidiu que aquelas terras passariam a chamar-se "dos Corte-Reais". Segundo ainda António Galvão, as naus teriam atingido a América, num ponto "com muitos rios e abras (pequenas baías ou enseadas) entrando cada um pela sua com regimento que se juntassem todas até 20 dias do mês de Agosto, assim foi e vendo que não vinha Miguel no prazo, nem depois algum tempo, se tornaram ao reino, sem nunca mais dele se saber nova". Morreu o homem mas deixou fama e marca imorredoura na sua passagem na pedra Dighton, situada na foz do rio Tanton, em Berkley, estado de Massachusetts, não longe de Providence e perto de Cap Cod, ao norte de Nova York.

A famosa pedra - hoje à guarda com outros objectos relacionados com o descobrimento da América (saliente-se que a costa da baixa Califórnia e da Califórnia foram descobertas também por um português: Cabrilho, ainda que ao serviço da Espanha, efeméride que, diga-se de passagem todos os anos ruidosamente é comemorada em San-Diego) no Dighton Rock Museum, tem gravada, além de três escudos de Portugal, quatro cruces da Ordem de Cristo, a data de 1511, a inscrição latina "V. DEI HIC DUX IND." e o nome MIGVEL CORTEREAL, dela existindo uma réplica, em fibra de vidro, na Praça do Império de Lisboa, perto da entrada do Museu da Marinha). A fazer fé da inscrição, quase uma década depois de Miguel zarpar de Lisboa, ainda era vivo e, presume-se, são e escorreito, e, segundo a lenda, acabado por aclimatar-se, constituindo família e eleito chefe de clã aborígene, o que, aliás, se pode deduzir da inscrição.

Outros, além dos Corte-Reais e Diogo de Teive, já referido, ou os que estiveram na origem da carta de 1424, jornadearam pelas terras dos bacalhaus. Entre outros, citam-se por exemplo o vianês João Alvares Fagundes, que depois de chegar ao que hoje é Florida (que de espaço visitou) rumou ao Norte, costeando a costa americana, alcançando a Terra Nova e a costa do Labrador. Em recompensa veio a obter o senhorio do Banco Grande da Terra dos Corte-Reais para o exercício da pesca do bacalhau. Mais minuciosa porém, seria a exploração que fez de ponta a ponta, entre 1492 a 1495. De Fernandes Labrador e de Pedro de Barcelos se falou, restando acrescentar que nas suas mudanças alcançou também a baía de Hudson.

Em suma, fomos nós, portugueses, os primeiros a pisar a terra do Novo Mundo e os primeiros também a aproar à Terra Nova. Antes de nós só os viquingues o podiam ter feito, todavia os seus vestígios na terra dos Bacalhaus são nulos, ao passo que tanto os dos Corte-Reais, por exemplo, são mais que muitos e visíveis, não apenas na celebrada Pedra de Dighton, com numerosas denominações geográficas que, com corruptela ou sem ela, pontilham as cartas marítimas da região. São, na verdade mais de uma centena os topónimos portugueses existentes portulanos da costa atlântica dos Estados Unidos e Canadá, como por exemplo, além de Labrador e cabo Raso (Cap Race), a baías da da Conceição (Conception Bay) e da Boavista (Bonavista Bay) (Cfr. a este respeito, memória sobre a Pesca do Bacalhau, de Jacob Pereira de Azaruja (Lisboa, 1835). De resto, segundo refere João Verasini, um italiano ao serviço da França - no registo da viagem que fez à Terra Nova, publicado em 1525, quando os Normandos lá chegaram em 1504 já encontraram instalados os Portugueses firmemente estabelecidos nas costas da Grande Ilhavo, juntamente com gente de Viana. Ao que parece de parceria com pescadores da Terceira, os Ilhaves e os Minhotos fundaram aí um grande porto de armamento e uma feitoria para lhes servir de apoio.

Já referimos que a partir do reinado de D. Dinis até à perda da independência, o governo do reino, continuou infatigavelmente a dispensar total apoio às pescas longinquis, por ver nelas um alôbre de pilotos das Descobertas, uma verdadeira escola náutica ao serviço do projecto eminentemente nacional da abertura do mundo. Nesse intuito, D. Sebastião, não obstante o seu curto trânsito sobre a terra, vai mais longe: confere às frotas ocupadas nas operações da pesca longinqua um regimento no sentido de lhes dar uma orgânica própria, enquadrando-as e subordinando-as a um comando único.

Não tardou, porém, que soçobrem as estruturas laboriosamente erguidas ao longo desses reinados em consequência da guerra desencadeada pela Espanha dos Filipes contra a Inglaterra e, acessoriamente, contra os Países Baixos. Outrossim, no que diz respeito a Aveiro, as vicissitudes da barra, a partir do momento em que inexoravelmente segue para sul da Senhora das Areias, hoje S. Jacinto, refletem-se, negativamente, na constituição da nossa frota pesqueira, a qual antes de 1585, contava com mais de 60% das caravelas que demandavam os Bancos.

Mas desgraça maior foi, de facto, a destruição da Invencível Armada, no mar da Mancha, em 29 de Junho de 1588, com a ajuda de temerosa tempestade, pelo flibusteiro - nobilitado e feito almirante por Isabel I de Inglaterra - Francis Drake. Como é sabido a armada filipina, que saiu a barra de Lisboa a 17 de Janeiro do mesmo ano, era composta por uma chusma de embarcações portuguesas e espanholas de todos os tipos e feitios, não só de guerra, mas também mercantes e de pesca, em suma, de todas as naus de onde se pudesse abrir fogo sobre o inimigo, inclusivé de galeões e caravelas.

Sem barcos e sem homens, deixam os Bancos até cerca de 1835, ou seja uma ausência superior a duas centúrias, ao longo das quais as tradicionais virtualidades da nossa gente do mar tinham em parte desaparecido. A deslocação austral da barra condicionava o marasmo; instala-se o calvário da ria: a produção de sal esvai-se e a frota pesqueira definha ainda mais. O cordão lagunar, que em 1584 pairava onde hoje se perfila a Costa Nova, sessenta anos depois atingia a Vagueira para, volvidos mais quarenta, alcançar a Quinta do Inglês e, em 1756, Portomar, já nos plainos dunares de Mira.

Compreende que, paralelamente ao avanço das barras, decaí a força viva das marés e, daí, o arrasto dos depósitos aluvionares acumulados nos canais efluentes da laguna, dificultando ou impedindo mesmo, a entrada da água salgada, alfa e omega da produção de sal. As barras vão gradualmente deixando de ser de boa entrada, o comércio e a pesca fenecem e só ressurgem, ainda que mal, nos alvares do sec. XIX, mais concretamente a partir de 3 de Março de 1808, com a abertura pelo homem da actual Barra

Nova, sob os auspícios do eng^o. Luís Gomes de Carvalho. Mas nem as facilidades concedidas, em 1842, pelos Ingleses, na Terra Nova, nem pelos Franceses, sete anos depois, em Saint Pierre e Miquellon, conseguem ultrapassar por inteiro a apatia.

É certo que algumas tentativas se desenham no sentido de vencer o marasmo, porém a princípio sem êxito palpável. Todavia, os sucessivos insucessos tiveram, ao menos, o mérito de irem preparando novos armadores, novos capitães - por vezes simbioses de ambas as espécies - e de novos tripulantes para as campanhas que viriam a eclodir com o despontar do século.

Pouco a pouco, o armamento volta a Aveiro: em 1903 com um navio de 177 toneladas; em 1904 os navios já eram sete, perfazendo um total de 1137 toneladas de arqueação; em 1917 o efectivo decresce, acompanhando o período de recessão da 1ª Guerra Mundial, para três unidades num total de 597 toneladas, mas, três anos depois o primeiro arrastão - o "Santa Joana", da E.P.A. e, decorridos mais quatro, o "Santa Princesa" e o "Santa Mafalda", ambos também da E.P.A. Seria ocioso referir, aqui e agora, por miúdo, os homens e os factos que balisaram a ascensão. Nem é esse o propósito deste epítome da história do "fiel amigo". Uns e outros, por demasiado próximos no tempo, é cedo, talvez, para os trazer a lume. Na verdade, já incerto autor do "Sirácides" do Antigo Testamento insistia que "só com a morte são revelados os feitos do homem". Quanto muito e não só por isso, quem há que ser lembrado é o comandante Tenreiro, que morreu, de certo modo, a tempo de não assistir ao dismantelar de uma obra de que foi protagonista, mas que outros, unidos na mesma linha de pensamento e acção, ajudaram a erguer e que agora vegeta - perdoai o negro humor - em águas de bacalhau...

Em 1930, o lugre "Santa Mafalda" da Empresa de Pesca de Aveiro (E.P.A.) zarpa a pescar nas costas da Gronelândia e daí em diante a pesca bacalhoeira passa a exercer-se tanto na Terra Nova como em outros novos pesqueiros, e não tarda o advento do motor para manobra dos ferros e a turbina, em 1933, para locomover os lugres e três anos depois o primeiro arrastão - o "Santa Joana", da E.P.A. e, decorridos mais quatro, o "Santa Princesa" e o "Santa Mafalda", ambos também da E.P.A. Seria ocioso referir, aqui e agora, por miúdo, os homens e os factos que balisaram a ascensão. Nem é esse o propósito deste epítome da história do "fiel amigo". Uns e outros, por demasiado próximos no tempo, é cedo, talvez, para os trazer a lume. Na verdade, já incerto autor do "Sirácides" do Antigo Testamento insistia que "só com a morte são revelados os feitos do homem". Quanto muito e não só por isso, quem há que ser lembrado é o comandante Tenreiro, que morreu, de certo modo, a tempo de não assistir ao dismantelar de uma obra de que foi protagonista, mas que outros, unidos na mesma linha de pensamento e acção, ajudaram a erguer e que agora vegeta - perdoai o negro humor - em águas de bacalhau...

Desta recente história é melhor não falar, trazendo à colação ver correr os politicos à desfilada, de braços abertos, a apanhar o comboio com medo de o perder, para o chamado Clube dos Ricos - sem cuidar, ao menos, de procurar alternativa (e talvez houvesse...) - com as consequências que se conhecem e mais aquelas que porventura estarão para vir.

Tudo visto, é tempo de concluir este conto, que, ainda que dado à letra de forma no Natal neste ano da graça de 97, não é propriamente, na falta de fagueiro epílogo, um conto de Natal, por coincidência, na portentosa Gafanha da Nazaré, personagem, também ela, e em larga medida, da narração do Amigo Fiel, pois graças a ele cresceu depressa e bem: do parto telúrico, saído do caos das águas e das lamas, vai talvez para três centos de anos, surgiu esta úbere terra dos bacalhoeiros.

Pese esta feliz circunstância, pese ainda a sua íntima relação com os Portugueses, vai talvez para um milénio, em que a fidelidade do Fiel Amigo se manifesta, como produto do génio português, no quadro da gastronomia e, mais ainda, se revela como expressão do mesmo talento - o "talent de bien faire" da divisa do Infante - no panorama dos Descobrimentos, o que, tudo somado, fazem do bacalhau verdadeiro património nacional. Não podemos dar feliz remate à história: terminado o ciclo do Império, acaba também o do bacalhau, que de novo volta à nossa mesa a alegrar as Consoadas através dos homens vindos do frio, os mesmos, afinal, que o trouxeram outrora até nós no arrebal da nacionalidade.

Gafanha da Nazaré, Dezembro de 1997

Fernando Marques
(Médico Veterinário)